ISSN: 2358-8829

# AS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:ENTRE A INVISIBILIDADE E O PROTAGONISMO

Letícia Albuquerque Sousa [1]
Antônio Israel de Oliveira Silva [2]
Patrícia Cristina de Aragão [3]

## INTRODUÇÃO

A História das Mulheres constitui um campo de investigação que questiona a predominância masculina nas narrativas historiográficas tradicionais e busca reconhecer a participação feminina na construção das sociedades. Historicamente, a produção do conhecimento histórico e os conteúdos escolares privilegiaram experiências masculinas e acontecimentos relacionados à política institucional, contribuindo para a invisibilização de diferentes experiências e atuações das mulheres. Nesse sentido, ampliar a presença feminina nas narrativas históricas representa uma possibilidade de problematizar interpretações consolidadas e promover uma compreensão mais plural do passado.

No âmbito educacional, essa discussão evidencia a importância de refletir sobre a maneira como a história das mulheres é abordada no ensino de História, especialmente no ensino médio. Embora os estudos historiográficos tenham contribuído para ampliar o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos, sua presença nos currículos e materiais didáticos ainda apresenta limitações. Diante disso, torna-se necessário discutir as possibilidades de incorporar essa temática às práticas pedagógicas, de modo que as experiências femininas sejam compreendidas para além de participações pontuais ou excepcionais na história.

Essa discussão também se relaciona à Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, que estabelece medidas para a valorização das contribuições das mulheres nos currículos da educação básica. A legislação reforça a necessidade de abordar as experiências e as

[1] Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, leticia.albuquerque@aluno.uepb.edu.br;
[2] Graduando pelo Curso História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, israel.o@aluno.uepb.edu.br;
[3] Professora do Departamento de História na Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Historiadora e Doutora em educação pela UFPB, Pós-Doutora em História pela UFCG, patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br;

realizações femininas em diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a relevância de discutir os desafios e as possibilidades de efetivar essa abordagem no ensino de História.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites do ensino da História das Mulheres no ensino médio, considerando sua presença na historiografia, nos currículos e nos materiais didáticos, bem como os desafios relacionados à sua incorporação nas práticas docentes. Busca-se, assim, refletir sobre a importância dessa temática para o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e para a construção de um ensino de História mais plural e inclusivo.

## METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como objetivo analisar as possibilidades e os limites do ensino da História das Mulheres no ensino médio. Para isso, o percurso metodológico fundamenta-se na leitura e na análise de produções acadêmicas relacionadas à historiografia da História das Mulheres, aos estudos de gênero e aos desafios da abordagem dessa temática no ensino de História.

O levantamento bibliográfico contempla as contribuições de Michelle Perrot, especialmente em *Escrever uma história das mulheres* e *Minha história das mulheres*, e de Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Também são considerados os estudos de Nascimento e Facioni, acerca da representação das mulheres em livros didáticos de História, e de Thiago et al., que discutem os desafios da inclusão das mulheres nas narrativas históricas e nas práticas de ensino. Essas produções são analisadas considerando suas contribuições para a compreensão da invisibilidade feminina na historiografia e no contexto educacional.

A pesquisa documental compreende a análise da Lei nº 14.986/2024, considerando suas disposições relativas à valorização das contribuições das mulheres nos currículos da educação básica. A articulação entre as referências bibliográficas e o documento legal permite discutir as relações entre a produção historiográfica, a representação feminina nos materiais didáticos e as possibilidades de incorporação dessa temática ao ensino de História.

Como procedimento de análise, realiza-se uma leitura interpretativa das obras e dos documentos selecionados, buscando identificar discussões sobre a invisibilidade

histórica das mulheres, as relações de gênero, sua representação nos conteúdos escolares e os desafios para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. A partir dessas questões, os materiais são articulados ao objetivo da pesquisa, de modo a compreender os avanços e os limites da abordagem da História das Mulheres no ensino médio.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A História das Mulheres consolidou-se como um campo de investigação que questiona a predominância masculina nas narrativas historiográficas tradicionais, buscando reconhecer as mulheres como sujeitos históricos. Nesse contexto, Michelle Perrot destaca que a invisibilidade feminina está relacionada às estruturas sociais e culturais que, historicamente, restringiram sua participação e seu reconhecimento, sobretudo na esfera pública. Essa exclusão também se manifesta na preservação das fontes históricas, uma vez que documentos produzidos por mulheres foram frequentemente menos valorizados ou conservados.

Para a autora, escrever a história das mulheres exige problematizar os silêncios presentes nos registros históricos e ampliar as fontes utilizadas, considerando cartas, diários e outros vestígios de suas experiências. Além disso, é necessário superar a oposição rígida entre público e privado, reconhecendo a relevância histórica de atividades como o trabalho doméstico, a maternidade e outras práticas cotidianas. Dessa forma, a História das Mulheres contribui para ampliar as interpretações sobre o passado e questionar narrativas que privilegiam determinados sujeitos em detrimento de outros (PERROT, 2007).

As contribuições de Joan Scott ampliam essa discussão ao compreender o gênero como uma categoria de análise histórica, permitindo investigar como as diferenças entre homens e mulheres são construídas social e culturalmente. Essa perspectiva questiona explicações fundamentadas exclusivamente em diferenças biológicas e evidencia que as relações de gênero estão associadas a estruturas de poder que atravessam as instituições, a política e as relações sociais (SCOTT, 1986).

Nessa perspectiva, incorporar as mulheres à História não significa apenas acrescentar personagens femininas às narrativas existentes, mas questionar os critérios que orientaram a construção do conhecimento histórico. Articuladas, as contribuições de Perrot e Scott fundamentam a análise da presença das mulheres no ensino de História,

ISSN: 2358-8829

especialmente diante dos desafios de superar sua invisibilidade nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, promovendo uma abordagem histórica mais plural e inclusiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da presença e da ausência das mulheres nos livros didáticos de História constitui uma discussão central para a renovação do ensino na Educação Básica e para a construção de uma memória social democrática e plural. Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas por Denise da Silva Menezes do Nascimento e Nicole Letícia Facioni permitem compreender como o ensino escolar ainda enfrenta desafios significativos para incorporar os avanços dos estudos de gênero e superar as narrativas tradicionais centradas no sujeito masculino. Desse modo, refletir sobre a representação feminina nos materiais didáticos implica questionar não apenas os conteúdos selecionados para o ensino, mas também os critérios que orientam a construção e a transmissão do conhecimento histórico no espaço escolar.

Embora o livro didático constitua um dos principais instrumentos pedagógicos de circulação do conhecimento histórico na Educação Básica, sua produção e organização frequentemente mantêm as experiências femininas à margem das narrativas ou reproduzem estereótipos historicamente construídos. Nesse contexto, a investigação realizada por Nascimento e Facioni, voltada à análise da representação das mulheres medievais em livros didáticos de História do Ensino Médio utilizados no Brasil, evidencia um cenário marcado por assimetrias na maneira como as experiências femininas são incorporadas à narrativa histórica escolar. Assim, apesar das transformações ocorridas na produção historiográfica e da ampliação dos debates sobre gênero, a transposição desses avanços para os materiais didáticos ainda encontra obstáculos que precisam ser problematizados.

As pesquisas de Nascimento e Facioni evidenciam que, quando as mulheres aparecem nos materiais didáticos, suas experiências cotidianas raramente recebem a devida densidade histórica, sendo frequentemente apresentadas de maneira limitada e descontextualizada. Observa-se uma tendência de restringir a figura feminina aos espaços doméstico e privado, associando-a a papéis considerados submissos ou passivos, como os de mãe e esposa. Nesse sentido, uma das principais lacunas identificadas nos livros escolares refere-se à pouca visibilidade atribuída ao trabalho cotidiano das mulheres

ISSN: 2358-8829

pertencentes às camadas populares. As narrativas didáticas tendem a silenciar sua participação em atividades fundamentais para a organização econômica e social, como a tecelagem, o cultivo e o preparo da terra, a administração do lar e a produção artesanal de alimentos e bebidas. Consequentemente, essas ausências dificultam o reconhecimento das diferentes formas pelas quais as mulheres contribuíram para a manutenção e a transformação das sociedades ao longo do tempo.

Assim, a permanência de uma escrita escolar orientada por perspectivas tradicionalistas e androcêntricas produz consequências significativas para a formação histórica dos estudantes. A exclusão sistemática das mulheres das grandes explicações econômicas e políticas pode reforçar a percepção equivocada de que sua participação na organização da sociedade foi nula ou pouco relevante. Além disso, a construção de uma visão parcial do passado, que privilegia os chamados “grandes homens”, os feitos militares e as decisões das elites economicamente favorecidas, transmite a ideia de que a História é produzida exclusivamente por um grupo restrito de indivíduos, desconsiderando a atuação dos sujeitos historicamente subalternizados. Nesse contexto, a ausência de uma abordagem crítica nos materiais pedagógicos também limita a compreensão de que o significado social de “ser mulher” é constituído histórica e culturalmente, sendo passível de transformações, e não corresponde a um destino biológico fixo e imutável.

Diante desse cenário, as contribuições de Nascimento e Facioni, em diálogo com as reflexões de historiadoras como Michelle Perrot e Joan Scott, permitem problematizar os limites de uma abordagem que incorpora as mulheres apenas como personagens secundárias, curiosidades históricas ou exceções pontuais. A valorização de figuras femininas consideradas excepcionais, quando realizada de maneira isolada, pode preservar a estrutura geral de silenciamento, uma vez que não modifica necessariamente os fundamentos conceituais que orientam a narrativa histórica escolar. Torna-se, portanto, necessário incorporar o gênero como categoria analítica transversal, capaz de ultrapassar os limites da produção acadêmica especializada e contribuir para a reestruturação dos currículos e dos materiais didáticos. Essa perspectiva possibilita compreender as experiências femininas em articulação com os processos históricos mais amplos, questionando as hierarquias que tradicionalmente determinaram quais sujeitos e experiências seriam considerados relevantes para a compreensão do passado.

ISSN: 2358-8829

Em consonância com essa discussão, o artigo de Diovana Ferreira de Oliveira Thiago, Eduardo Borges Goulart Neto e Elisângela da Silva Santos analisa a presença e a ausência do protagonismo feminino na historiografia e na História ensinada no Brasil, articulando reflexões críticas e propostas voltadas à superação dos modelos tradicionais de ensino. Os autores estruturam sua discussão em torno da necessidade de construir uma agenda para o ensino de História no século XXI que reconheça as mulheres como agentes transformadoras da sociedade. Para tanto, problematizam a permanência de narrativas organizadas a partir de perspectivas masculinizantes e eurocêntricas, as quais contribuem para a manutenção de hierarquias na seleção dos sujeitos históricos e na interpretação dos processos sociais. Dessa maneira, a reflexão proposta pelos autores evidencia a necessidade de repensar os fundamentos que orientam o conhecimento histórico escolar, de modo a ampliar o reconhecimento da diversidade de experiências que participam da construção da sociedade.

O diagnóstico central apresentado por Thiago et al. aponta que o ensino de História no Brasil foi historicamente constituído a partir de uma lógica seletiva e restritiva, que privilegiou determinados sujeitos, acontecimentos e interpretações do passado. Desde os primeiros compêndios didáticos produzidos no século XIX, durante o período regencial, a escrita da História esteve vinculada à formação moral do cidadão, ao culto cívico dos heróis nacionais e ao fortalecimento dos projetos políticos e culturais das elites. Nesse contexto, a narrativa histórica escolar assumiu uma função importante na construção de referências de pertencimento e identidade nacional, ao mesmo tempo que estabeleceu critérios particulares para determinar quais indivíduos e grupos seriam reconhecidos como protagonistas da trajetória histórica brasileira. Essa organização contribuiu para consolidar uma perspectiva limitada sobre os agentes responsáveis pela transformação das sociedades, dificultando a incorporação de experiências que não correspondiam aos padrões dominantes.

Dessa forma, nesse modelo de escrita e ensino da História, a figura do homem branco, heterossexual e pertencente às camadas médias urbanas foi progressivamente estabelecida como identidade de referência e representação do sujeito universal da narrativa histórica. Em contrapartida, os indivíduos e grupos que não correspondiam a esse padrão, entre os quais se encontram as mulheres, as populações negras, os povos indígenas e os trabalhadores empobrecidos, foram frequentemente posicionados como sujeitos diferentes, marginais ou mesmo inexistentes nos manuais didáticos. Desse modo,

a construção de uma narrativa pautada por referências sociais restritas contribuiu para a invisibilização de experiências coletivas e individuais fundamentais para a compreensão da diversidade histórica. A problematização dessa perspectiva exige, portanto, questionar a suposta universalidade dos sujeitos tradicionalmente privilegiados pelo conhecimento escolar e reconhecer que as narrativas históricas são constituídas por escolhas, disputas e relações de poder.

Outro aspecto relevante destacado pelo estudo de Thiago, Goulart Neto e Santos refere-se à maneira superficial como as mulheres passaram a ser inseridas nos manuais escolares em determinadas tentativas de renovação dos conteúdos. Em vez de promover uma transformação mais abrangente das narrativas, essas iniciativas frequentemente se limitaram à apresentação de figuras femininas consideradas excepcionais, cujas trajetórias aparecem por meio de menções pontuais e descontextualizadas. Assim, as mulheres são incorporadas como personagens exteriores aos grandes processos sociais, econômicos e políticos, enquanto a estrutura androcêntrica da narrativa principal permanece praticamente inalterada.

Nesse sentido, o desafio para o ensino de História no século XXI consiste em demonstrar que as ações cotidianas, as atividades laborais e as diferentes formas de resistência individual e coletiva protagonizadas pelas mulheres constituíram, historicamente, elementos fundamentais para a organização e a transformação das sociedades. Trata-se, portanto, de compreender o protagonismo feminino para além de trajetórias consideradas extraordinárias, reconhecendo sua participação nos diversos processos que constituem a experiência humana.

Para enfrentar os silenciamentos históricos e contribuir para a efetivação de uma educação crítica no século XXI, Thiago, Goulart Neto e Santos apontam caminhos de natureza prática e epistemológica que podem orientar tanto a atuação docente quanto as políticas curriculares. Entre essas possibilidades, destaca-se a incorporação da categoria de gênero como instrumento para reinterpretar temas tradicionalmente abordados pela historiografia, permitindo investigar de que maneira as relações de gênero participaram da constituição das estruturas de poder, das formas de organização econômica, das relações de trabalho e das práticas políticas. Essa perspectiva possibilita ampliar a compreensão dos processos históricos, demonstrando que as relações entre homens e mulheres não constituem elementos secundários, mas dimensões relevantes para a análise das sociedades. Consequentemente, a abordagem das relações de gênero pode contribuir

para superar interpretações que naturalizam desigualdades ou desconsideram a participação feminina na construção dos acontecimentos históricos.

Além disso, os autores ressaltam a importância de articular os estudos sobre as mulheres às discussões relacionadas às experiências das populações negras e indígenas, de modo a ampliar a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados. Essa articulação permite considerar as experiências específicas de mulheres negras, indígenas, camponesas e trabalhadoras urbanas, reconhecendo que suas trajetórias não podem ser compreendidas de maneira homogênea ou dissociada dos contextos sociais em que estão inseridas. Dessa forma, a ampliação das narrativas históricas demanda atenção à pluralidade das experiências femininas e às diferentes condições em que as mulheres participaram da organização da vida social. Ao incorporar essas perspectivas, o ensino de História pode contribuir para questionar hierarquias historicamente construídas e promover uma compreensão mais abrangente das relações sociais, culturais, econômicas e políticas que atravessam a experiência histórica.

Nesse contexto, compreende-se que o currículo escolar constitui um campo permanentemente atravessado por disputas de poder, valores e concepções de sociedade. Uma agenda de ensino comprometida com a formação crítica e emancipadora deve, portanto, questionar interpretações apresentadas como verdades absolutas e proporcionar aos estudantes condições para reconhecer a pluralidade dos sujeitos que constroem a História. Isso implica repensar os conteúdos selecionados, as abordagens empregadas e os materiais utilizados nas práticas pedagógicas, de modo que as experiências femininas sejam incorporadas de maneira contextualizada e articulada aos processos históricos estudados. Assim, retirar as mulheres das margens do ensino de História não representa apenas uma atualização temática ou um acréscimo pontual aos conteúdos escolares, mas um compromisso ético e político vinculado à democratização do conhecimento, ao reconhecimento da diversidade e à promoção da justiça social na escola contemporânea.

No âmbito das políticas educacionais, a promulgação da Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, representa um marco relevante para a discussão sobre a valorização das mulheres nos currículos e na História da educação brasileira. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a legislação estabelece a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares dos ensinos fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas do país, além de instituir a Semana de Valorização de Mulheres que

ISSN: 2358-8829

Fizeram História. Dessa maneira, a lei confere respaldo normativo à necessidade de ampliar a presença das experiências femininas na educação, fortalecendo a discussão sobre o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e sobre a superação de abordagens que privilegiam predominantemente as trajetórias masculinas.

Analisada sob a perspectiva dos estudos feministas, da teoria crítica do currículo e da análise do discurso, essa legislação pode ser compreendida não apenas como uma medida normativa isolada, mas também em relação a um processo histórico mais amplo de lutas e articulações políticas voltadas ao reconhecimento da atuação das mulheres na construção da sociedade. Nesse sentido, sua relevância está associada à necessidade de enfrentar processos de silenciamento histórico e de violência epistêmica que contribuíram para restringir o reconhecimento das experiências e das contribuições femininas na produção e na transmissão do conhecimento.

A valorização das mulheres no ensino, portanto, relaciona-se às disputas em torno da memória social, dos sujeitos reconhecidos como produtores da História e dos conhecimentos considerados legítimos no espaço escolar. Sob essa perspectiva, a legislação integra um conjunto de esforços direcionados à construção de práticas educacionais mais inclusivas, capazes de problematizar desigualdades historicamente constituídas e ampliar as possibilidades de reconhecimento das experiências femininas.

De maneira mais específica, a Lei nº 14.986/2024 altera a LDB para determinar que os conteúdos curriculares da Educação Básica incorporem as contribuições das mulheres em diferentes campos do conhecimento e dimensões da vida social, incluindo a ciência, a arte, a cultura, a economia e a política. Essa determinação amplia as possibilidades de reflexão sobre a presença feminina nos processos históricos e evidencia a importância de contemplar suas experiências em diferentes áreas da formação escolar.

No âmbito do ensino de História, essa orientação pode contribuir para o questionamento de narrativas que restringem o protagonismo a figuras masculinas e para a construção de abordagens que reconheçam a participação das mulheres na produção do conhecimento, na organização da sociedade e nas transformações históricas. Além disso, a instituição da Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História oferece uma oportunidade para desenvolver atividades pedagógicas voltadas à discussão de trajetórias femininas, desde que essas iniciativas sejam articuladas aos conteúdos curriculares e não se limitem a ações isoladas.

ISSN: 2358-8829

Em síntese, a Lei nº 14.986/2024 representa uma conquista importante e constitui um instrumento relevante para a democratização do ensino e a valorização das contribuições femininas na Educação Básica. Entretanto, a efetivação de seus objetivos depende da capacidade de transformar as determinações legais em práticas pedagógicas concretas e permanentes no cotidiano escolar. Para isso, torna-se necessário articular a legislação à formação de professores, à revisão crítica dos materiais didáticos, à organização dos currículos e à incorporação das contribuições da historiografia sobre as mulheres e dos estudos de gênero. Dessa forma, o currículo pode ser compreendido e construído como um espaço efetivo de reconhecimento, justiça e emancipação humana, no qual as experiências femininas deixem de ocupar posições secundárias e passem a integrar, de maneira contextualizada e crítica, a compreensão dos processos históricos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu refletir sobre as possibilidades e os limites do ensino da História das Mulheres na educação básica, especialmente no ensino médio, evidenciando a importância de questionar as narrativas históricas tradicionalmente construídas a partir da predominância das experiências masculinas. Nesse sentido, reconhecer as mulheres como sujeitos históricos implica não apenas ampliar sua presença nos conteúdos escolares, mas também problematizar os processos que contribuíram para sua invisibilização na produção e no ensino do conhecimento histórico.

As contribuições de Michelle Perrot e Joan Scott fundamentam essa reflexão ao evidenciarem, respectivamente, os silenciamentos presentes na historiografia tradicional e a importância do gênero como categoria de análise histórica. A partir dessas perspectivas, compreende-se que a inclusão das mulheres no ensino de História não deve se limitar à apresentação de personagens femininas de maneira isolada ou excepcional, mas precisa considerar suas experiências, atuações e contribuições em diferentes contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Desse modo, torna-se possível questionar interpretações que naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres e ampliar a compreensão dos processos históricos.

No que se refere ao ensino de História, as discussões sobre os materiais didáticos e as práticas pedagógicas evidenciam que, apesar dos avanços historiográficos e da ampliação dos debates sobre gênero, ainda persistem limitações na representação das

mulheres nos currículos e livros didáticos. A permanência de abordagens que privilegiam determinados sujeitos históricos demonstra que a ampliação da produção acadêmica, por si só, não garante sua incorporação efetiva ao contexto escolar. Assim, a seleção dos conteúdos, a abordagem dos materiais didáticos e as escolhas pedagógicas dos docentes constituem aspectos relevantes para a construção de um ensino mais inclusivo.

Nesse contexto, a Lei nº 14.986/2024 representa um importante marco para a valorização das contribuições das mulheres nos currículos da educação básica. Entretanto, a existência de uma determinação legal não elimina, por si só, os desafios relacionados à sua efetivação. Sua concretização exige atenção à seleção dos conteúdos, aos recursos didáticos utilizados e às práticas de ensino, de modo que as experiências femininas sejam incorporadas de maneira significativa às narrativas históricas trabalhadas em sala de aula. Diante dessas questões, destaca-se a importância de desenvolver estratégias pedagógicas que valorizem o protagonismo feminino e possibilitem aos estudantes compreender a diversidade de sujeitos envolvidos na construção da história. Para isso, é necessário superar abordagens que tratem as mulheres apenas como figuras secundárias ou exceções, reconhecendo suas diferentes experiências e contribuições sem desconsiderar as relações sociais e as estruturas de poder que atravessam suas trajetórias.

Conclui-se, portanto, que o ensino da História das Mulheres constitui uma dimensão importante para a construção de uma educação histórica crítica, plural e comprometida com o reconhecimento da diversidade de experiências humanas. Embora persistam desafios para sua incorporação aos currículos, aos materiais didáticos e às práticas docentes, a articulação entre a historiografia, os estudos de gênero e as políticas educacionais oferece caminhos para enfrentar os silenciamentos históricos ainda presentes no espaço escolar. Dessa forma, ampliar a presença das mulheres no ensino de História significa não apenas reconhecer sua participação no passado, mas também contribuir para que os estudantes questionem desigualdades historicamente construídas e desenvolvam uma compreensão mais abrangente da sociedade.

**Palavras-chave:** História das Mulheres, Ensino de História, Gênero, Protagonismo Feminino, Currículo Escolar.

**REFERÊNCIAS**

ISSN: 2358-8829

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre o estudo das contribuições, das experiências e das perspectivas das mulheres nas diferentes áreas do conhecimento nos currículos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 187, p. 1, 26 set. 2024.

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do; FACIONI, Nicole Letícia. Em busca do feminino: uma breve análise de livros didáticos de História do Ensino Médio. **Principia**. Juiz de Fora, MG, v.21, n.1, 2021.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.4, p.9-28, 2008.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. **Editora Contexto**. São Paulo, SP, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, RS, vol.20, n° 2, jul./dez. 1995, p.71-99.

THIAGO, Diovana Ferreira de Oliveira; GOULART NETO, Eduardo Borges; SANTOS, Elisângela da Silva. As mulheres atuando na História: desafios para uma agenda do ensino de História no Brasil para o século XXI. **InterMeio**. Campo Grande, MS, V.25, n.49.1, p.49-72, Dossiê Especial 2019.